

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Liliana Soares/MPS



Fim da escala 6x1 pode impactar o serviço público

Servidores defendem redução de jornada com escala 5x2

As principais centrais sindicais do país divulgaram nota pública em defesa da redução da jornada de trabalho e da adoção da escala 5x2, em substituição ao modelo 6x1. A pauta ganhou força nos últimos anos como reação à reforma trabalhista de 2017. O fim da escala 6x1 também impacta o serviço público. Atualmente, a Constituição estabelece jornada semanal de 44 horas, distribuídas conforme negociação coletiva. Em diversas categorias — como bancários, petroleiros, metalúrgicos, químicos, farmacêuticos e profissionais da tecnologia da informação — já vigora a jornada de 40 horas semanais, fruto de acordos sindicais. Para as centrais, esses avanços demonstram o papel da negociação.

Mobilização sindical

Segundo a nota, a proposta em tramitação no Congresso Nacional é resultado da mobilização sindical e representa um passo importante para ampliar a empregabilidade, elevar a produtividade com qualidade e promover mobilidade social. “A expectativa é de que os parlamentares tenham sensibilidade social e compreensão dos avanços representados pela redução da jornada e pelo fim da escala 6x1”, afirmam as entidades.

Divulgação



Evento de educadores do DF debate rumos do ensino

Sinpro discute desafios no DF

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Distrito Federal representa mais do que uma modalidade de ensino; é um instrumento de reparação, inclusão social e esperança. Durante o segundo dia da Semana Pedagógica do Sinpro, palestrantes, professores(as), orientadores(as) educacionais e diretores(as) do sindicato debateram os avanços e desafios do segmento no DF. Apesar de seu papel fundamental — ao permitir a retomada dos estudos, a certificação e a ressignificação da vida de milhares de pessoas —, a EJA enfrenta o descaso do GDF.

Complexidades do EJA

Cláudio Passos, professor da Secretaria de Educação do DF, lembra que a EJA possui uma série de complexidades, fato que exige mais estrutura e comprometimento do governo. “Nossa realidade é de uma demanda por educação especial, com alunos com deficiências múltiplas e transtornos globais do desenvolvimento, por exemplo, falta de recursos e de educadores”.

Concurso para a PM

Um perfil no Instagram (Pedro Auar Concursos) deu a informação e o governador Cláudio Castro não desmentiu: está autorizado um novo concurso com a oferta de duas mil vagas para soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). O certame deve ocorrer no segundo semestre deste ano.

Oficiais

O secretário da PM, coronel Marcelo Menezes, já havia antecipado a realização do certame e informou também sobre outro concurso, com cem vagas para o Curso de Formação de Oficiais (CFO). As convocações, no entanto, só devem acontecer a partir de 2027, já sob a administração do próximo governador.

Renovação

“Este ano é ano de eleições e teremos outro governador. Então já vou deixar prontinho para, o que couber dentro do orçamento dele, ele fazer a programação de ir chamando para a gente ter uma tropa (da Polícia Militar) sempre renovada e rejuvenescida”, afirmou o governador Cláudio Castro.

Remuneração

O cargo de soldado da PMERJ exige nível médio e oferece remuneração inicial de R\$ 2.956,40 durante o curso de formação, passando para R\$ 5.233,88 após a formatura. Não ficou claro, no entanto, se haverá oferta de vagas para mulheres (PMFem) no concurso que deve ser realizado neste ano, com posse para 2027.

Certame anterior

O último concurso para soldados da PMERJ foi realizado em 2024, sob organização da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na ocasião, foram ofertadas duas mil vagas, mas o governo autorizou a convocação de mais dois mil excedentes, totalizando quatro mil novos soldados na corporação.

CBMERJ

Nessa semana foi publicada a dispensa de licitação que confirma o Instituto AOCP como o organizador do novo concurso CBMERJ para o Serviço Militar Temporário Voluntário (SMTV). O próximo passo será a assinatura do contrato entre o Instituto AOCP e o Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro.



Comitê de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho

MGI reinstala comitê de saúde e segurança

Logo no primeiro dia, membros discutiram criação de regimento

Da redação

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) reinstalou o Comitê de Atenção à Saúde e à Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (CASST). A Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do MGI será responsável pela secretaria-executiva do colegiado.

A primeira reunião marcou a retomada das atividades e discutiu o regimento interno, que orientará o funcionamento e a organização dos trabalhos.

O comitê é coordenado pelo MGI e conta com representantes da Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Instituído em julho de 2025, o CASST tem caráter consultivo e busca apoiar a implementação e o aperfeiçoamento da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS). O objetivo é promover articulação entre ministérios e órgãos para garantir bem-estar e saúde aos servidores em seu ambiente de trabalho.

“A reunião marca a retomada do CASST, que busca, por meio de uma construção coletiva, o aperfeiçoamento da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do

Servidor Público Federal”, afirmou a diretora de Benefícios, Previdência e Atenção à Saúde da Secretaria de Relações de Trabalho do MGI, Cynthia Beltrão Curado.

Siass

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2026, foi realizado em Curitiba o Encontro de Fortalecimento das Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass). O evento contou com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) e da Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Servidor (Caiss), reunindo unidades do Paraná e de Santa Catarina.

A iniciativa buscou ampliar o diálogo entre gestores e técnicos das unidades, especialmente para aqueles que não puderam participar do encontro regional realizado em agosto de 2025. Estiveram presentes representantes da UFPR, UTFPR, INSS/Curitiba, IFPR, IFSC, UFSC, IFC-SC e da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Santa Catarina.

Durante os dois dias, foram discutidos temas ligados à Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e ao fortalecimento da rede Siass. A pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFPR, Dulcileia Gonçalves, destacou a importância da iniciativa para compreender realidades locais e avançar nas atividades da rede.